



Anais da Assembléia

N.º 62

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 21 DE JUNHO DE 1982

ANO VII

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA

ATA DA 54.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 21 DE JUNHO DE 1982

(SEGUNDA-FEIRA)

SÚMULA:

Dispõe sobre a regularização do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias, ainda não recolhido e cujo prazo de pagamento tenha expirado até 31 de março de 1982 e dá outras providências.

Presidência do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, secretariada pelos Srs. Deputados Jurandir Messias e Deni Schwartz.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aírton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpellini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Valter Pietrângelo, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM 76/82

Curitiba, 11 de junho de 1982.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei dispondo sobre incentivos ao pagamento dos créditos tributários pertinentes ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias, pendentes de regularização, cujo prazo regulamentar de recolhimento tenha expirado até 31 de março de 1982.

A inclusa cópia autêntica da Exposição de Motivos n.º 0700/82, de 09 de junho de 1982, da Secretaria das Finanças, diz, com os necessários pormenores, sobre a necessidade, oportunidade e o elevado interesse público de que está revestida a medida ora submetida a essa augusta Assembléia Legislativa, com a solicitação especial a que se refere o § 3.º, do art. 25, da Constituição do Estado do Paraná.

Certo de que o plano de lei proposto merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º — Os créditos tributários pertinentes ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias - ICM, cujos prazos de pagamento tenham expirado até o dia 31 de março de 1982, pendentes de extinção, poderão ser pagos, em única parcela, sem multa e sem juros de mora, observada a seguinte escala de prazos de recolhimento e de relações percentuais de redução na correção monetária:

I — pagamento do ICM até o dia 15 de setembro de 1982, com redução de 70% (setenta por cento) no valor da correção monetária;

II — pagamento de ICM até o dia 15 de outubro de 1982, com redução de 50% (cinquenta por cento) no valor da correção monetária;

III — pagamento do ICM até o dia 30 de novembro de 1982, com redução de 30% (trinta por cento) no valor da correção monetária.

§ 1.º — Os créditos tributários relativos ao ICM, vencidos até 31 de março de 1982, pendentes de regularização, decorrentes das infrações previstas nos itens 6 e 7 do § 1.º do art. 54 da Lei n.º 6364, de 20/12/72, poderão ser pagos, de uma só vez, até 30 de novembro de 1982, monetariamente corrigidos até a data de pagamento, com a exclusão porém de 75% (setenta e cinco por cento) da penalidade e dos juros de mora.

§ 2.º — As multas formais, propostas ou aplicadas até 31 de março de 1982, poderão ser pagas até 30 de novembro de 1982, com a redução de 75% (setenta e cinco por cento) no seu valor e no dos respectivos juros de mora que forem devidos.

Art. 2.º — Em substituição às modalidades de regularização previstas nos incisos do artigo anterior o contribuinte devedor, poderá pagar o ICM, monetariamente corrido, em 12 prestações mensais, iguais e sucessivas, desde que a primeira parcela seja paga até o dia 29 de outubro de 1982, caso em que serão dispensados os valores correspondentes:

I — à multa;

II - aos juros de mora vencidos e vincendos;

III - à atualização monetária vincenda.

§ 1.º — A dispensa dos valores indicados nos incisos deste artigo só se tornará definitiva com o pagamento da última prestação do parcelamento.

§ 2.º — A rescisão por inadimplemento do parcelamento importará na imediata exigência do saldo do imposto e, proporcionalmente, dos valores mencionados nos incisos deste artigo, devidos de acordo com a Lei 6364, de 29 de dezembro de 1972, e suas posteriores alterações.

§ 3.º — A falta de pagamento do ICM devido, em decorrência das operações de circulação de mercadorias realizadas, pelo contribuinte, no curso do parcelamento, autoriza o Estado a cancelar o benefício concedido nos termos deste artigo.

Art. 3.º — As modalidades de regularização previstas nesta lei, podem ser aplicadas em relação aos saldos correspondentes às prestações que não tenham sido pagas em regime de parcelamento, desde que haja manifestação do devedor e observância dos prazos assinalados.

Art. 4.º — O valor expresso no art. 63 da Lei n.º 6364, de

29 de dezembro de 1972, com a redação dada pelo Art. 21 da Lei 6757, de 22 de dezembro de 1975, fica atualizado a partir do termo inicial de vigência desta lei, para Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros).

§ 1.º — o valor atualizado nos termos deste artigo será reajustado em dezembro de cada ano, para vigor no exercício seguinte, segundo o coeficiente de variação, nos doze últimos meses, das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, desprezada fração de mil cruzeiros.

§ 2.º — Fica revogado o parágrafo único do Art. 63, da Lei 6364, de 29 de dezembro de 1972.

Art. 5.º — Esta lei será regulamentada por norma complementar que a Secretaria das Finanças fica autorizada a expedir nos termos do inciso II do art. 52, da Constituição do Estado do Paraná.

Art. 6.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7.º — Ficam revogadas as disposições em contrário.

ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DE ESTADO DAS FINANÇAS

Gabinete do Secretário

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS N.º 700/82-GAB.

Curitiba, 09 de junho de 1982.

Senhor Governador.

Tenho a honra de submeter à apreciação de Vossa Excelência esboço de lei que objetiva fixar condições especiais que favoreçam a arrecadação dos créditos tributários pendentes de regularização concernentes ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias.

Os créditos tributários inscritos em dívida ativa do Estado, somam, aproximadamente, quatro bilhões, quatrocentos e cinquenta e quatro milhões de cruzeiros (valores de ICM e de multas, até maio, sem juros e correção monetária).

Além dessa importância, existem ainda, sem solução de pagamento, elevados valores correspondentes ao ICM e às multas exigidos em processos administrativos-fiscais de instrução contraditória não encerrados, bem como em procedimentos de rito sumário não inscritos em dívida ativa, (aproximadamente, seis bilhões e oitenta e três milhões de cruzeiros).

Por vários motivos, e entre eles sobressai o resultante dos fatores que caracterizam o atual desempenho da economia - a receita derivada, relativa ao exercício financeiro em curso, não tem correspondido às expectativas orçamentárias, razão porque, no elenco de medidas que estamos sugerindo, para corrigir tais distorções, poderão representar significativos resultados os incentivos à arrecadação de tributo atrasada, propostos no apenso antepiano de lei.

Esse designio de lei foi construído diante da disposição favorável, tanto de Vossa Excelência como de seu antecessor, o qual já rogara ao Ministro ERNANE GALVEAS, o necessário apoio para a proposição de convênio que a representação paranaense defenderia junto ao Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no dia 17 de junho próximo.

Como esse assunto já se encontra em pauta do referido evento, para apreciação nos termos do Art. 23, § 6º da Constituição, combinado com o disposto no Art. 10 da Lei Complementar Federal nº 24, de 07 de janeiro de 1975, e no Convênio ICM 24 de 05 de novembro de 1975, consideramos oportuno

adiantar o processo legislativo do diploma legal que deverá implementar o instrumento tributário de Convênio.

Achamos conveniente, por outro lado, veicular, na medida legislativa proposta, alguns reparos no Art. 63 da Lei Orgânica do ICM (n.º 6364, de 29/12/72), a fim de adequá-la às regras referentes à remissão de créditos tributários considerados de pequeno valor (Art. 172, inciso III do Código Tributário Nacional, combinado com o disposto no Convênio ICM 25 de 15 de setembro de 1977).

Nesse sentido, sugerimos no Art. 4.º, a atualização do limite de Cr\$ 300,00 para Cr\$ 5.000,00 mediante a aplicação do coeficiente de variação de valor das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, ocorrida no período compreendido de dezembro de 1972 até dezembro de 1981.

Para que esse valor atualizado não se torne, novamente, defasado, propomos no parágrafo primeiro do mencionado artigo quarto, a adoção de escala móvel para revisão do limite em cada ulterior exercício financeiro.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência protestos de real apreço e distinta consideração.

(a) EDSON NEVES GUIMARÃES

Secretário de Estado das Finanças

Anexo Exposição de Motivos SEFI 700/82

GA

D611007-RS

DER

T

GA

0611207

0511.1924

611207MFAZ BR

CURITIBA, 11 DE MAIO DE 1982.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR

DOUTOR ERNANE GALVEAS

DIGNÍSSIMO MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA

BRASILIA - DF

TLX 3138/82 ATG

AA SEMELHANÇA DE MEDIDAS ADOTADAS PELO GOVERNO FEDERAL, ATRAVES DOS DECRETOS-LEIS 1893 ET 1931, MANIFESTO AO ILUSTRE MINISTRO ET PREZADO AMIGO, INTERESSE EM TAMBEM PERFILHAR IGUAL ATITUDE NO INTERESSE DIRETO ET COMUM DAS FINANÇAS ESTADUAIS ET DOS CONTRIBUINTES PARANAENSES, RAZAO PORQUE SOLICITO O SEU INESTIMAVEL APOIO JUNTO AO CONFAZ, NO SENTIDO DE QUE SE DE CURSO AA PROPOSIÇÃO QUE O SECRETARIO DAS FINANÇAS DO PARANAH IRAH APRESENTAR, OBJETIVANDO A CELEBRAÇÃO DE CONVENIO NACIONAL QUE DISPENSE O PAGAMENTO DE ENCARGOS ACESSORIOS, FACILITANDO ASSIM A ARRECADAÇÃO DE CREDITOS TRIBUTARIOS PENDENTES DE REGULARIZAÇÃO ET CORRESPONDENTES AO ICM

CORDIAIS SAUDAÇÕES

NEY BRAGA - GOVERNADOR DO PARANAH

TR. ELIANE.

611207MFAZ BR

415156GOPR BR

Anexo Exposição de Motivos SEFI nº 700/82

SECRETARIA DAS FINANÇAS - COORDENAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA - CONTROLE DA DÍVIDA ATIVA
RESUMO DOS DÉBITOS EM DÍVIDA ATIVA, CONFORME AS FAIXAS DE VALORES EM 26.05.82

FAIXA DE VALOR			QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE ACUMULADA	VALOR ACUMULADO
DE 1	A	300	2.446	659.714	2.446	659.714
DE 301	A	500	9.070	3.739.913	11.516	4.399.627
DE 501	A	1.000	9.662	6.654.455	21.178	11.054.082
DE 1.001	A	1.500	3.151	3.879.058	24.329	14.933.140
DE 1.501	A	3.000	8.101	17.602.188	32.430	32.535.328
DE 3.001	A	5.000	5.768	22.542.933	38.198	55.078.261
DE 5.001	A	10.000	13.187	94.055.718	51.385	149.133.979
DE 10.001	A	12.000	2.826	30.967.454	54.211	180.101.433
DE 12.001	A	15.000	4.983	66.880.028	59.194	246.981.461
DE 15.001	A	20.000	5.742	99.420.958	64.936	346.402.419
DE 20.001	A	30.000	6.917	168.931.355	71.853	515.333.774
DE 30.001	A	50.000	6.648	256.544.822	78.501	771.878.596
DE 50.001	A	100.000	6.212	438.266.414	84.713	1.210.145.010
DE 100.001	A	500.000	6.249	1.273.248.851	90.962	2.483.393.861
DE 500.001	A	1.000.000	0.750	514.031.317	91.712	2.997.425.178
DE 1.000.001	A	9.999.999	0.635	1.457.029.092	92.347	4.454.454.270

CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS NÃO INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA:

a) RITO SUMÁRIO	— ICM	2.157.539 mil
	Multa	1.078.769 mil
b) P.A.F.	— ICM	1.337.194 mil
	Multa	1.509.988 mil
c) TOTAL		6.083.490 mil

Anexo Exposição de Motivos SEFI 700/82

LEI COMPLEMENTAR Nº 24

DE 07 DE JANEIRO DE 1975

Dispõe sobre os convênios para a concessão de isenções do Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1.º — As isenções do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias serão concedidas ou revogadas no termos de convênios celebrados e ratificados pelos Estados e pelo Distrito Federal segundo esta lei.

Parágrafo único. O disposto neste artigo também se aplica:

I — à redução da base de cálculo;

II — À devolução total ou parcial, direta ou indireta, condicionada ou não do tributo, ao contribuinte, a responsável ou a terceiros;

III — À concessão de créditos presumidos;

IV — A quaisquer outros incentivos ou favores fiscais ou financeiro-fiscais, concedidos com base no imposto de circulação de mercadorias, dos quais resulte redução ou eliminação, direta ou indireta, do respectivo ônus;

V — Às prorrogações e às extensões das isenções vigentes nesta data.

Art. 2.º — Os convênios a que alude o art. 1.º, serão celebrados em reuniões para as quais tenham sido convocados representantes de todos os Estados e do Distrito Federal, sob a presidência de representantes do Governo Federal.

§ 1.º — As reuniões se realizarão com a presença de representantes da maioria das Unidades da Federação.

§ 2.º — A concessão de benefícios dependerá sempre de decisão unânime dos Estados representados; a sua revogação total ou parcial dependerá de aprovação de quatro quintos, pelo menos, dos representantes presentes.

§ 3.º — Dentro de 10 (dez) dias, contados da data final da reunião a que se refere este artigo, a resolução nela adotada será publicada no Diário Oficial da União.

Art. 3.º — Os convênios podem dispor que a aplicação de qualquer de suas cláusulas seja limitada a uma ou a algumas Unidades da Federação.

Art. 4.º — Dentro do prazo de 15 (quinze) dias contados da publicação dos convênios no Diário Oficial da União, e independentemente de qualquer outra comunicação, o Poder Executivo de cada Unidade da Federação publicará decreto ratificando ou não os convênios celebrados, considerando-se ratificação tácita do convênios a falta de manifestação no prazo assinalado neste artigo.

§ 1.º — O disposto neste artigo aplica-se também às Unidades da Federação cujos representantes não tenham comparecido à reunião em que hajam sido celebrados os convênios.

§ 2.º — Considerar-se-á rejeitado o convênio que não for expressa ou tacitamente ratificado pelo Poder Executivo de todas as Unidades da Federação ou nos casos de revogação a que se refere o artigo 2.º, § 2.º, desta lei, pelo Poder Executivo, de, no mínimo, quatro quintos das Unidades da Federação.

Art. 5.º — Até dez (10) dias, depois de findo o prazo de ratificação dos convênios, promover-se-á, segundo o disposto em regimento, a publicação relativa à ratificação ou à rejeição no Diário Oficial da União.

Art. 6.º — Os convênios entrarão em vigor no trigésimo dia após a publicação a que se refere o art. 5.º, salvo disposição em contrário.

Art. 7.º — Os convênios ratificados obrigam todas as unidades da Federação, inclusive as que regularmente convocadas não se tenham feito representar na reunião.

Art. 8.º — A inobservância dos dispositivos desta lei acarretará cumulativamente:

I — A nulidade do ato e a ineficiência do crédito fiscal atribuído ao estabelecimento receptor da mercadoria;

II — A exigibilidade do imposto não pago ou devolvido e a ineficácia da lei ou ato que conceda remissão do débito correspondente.

Parágrafo único. As sanções previstas neste artigo poderão acrescer a presunção de irregularidade das contas correspondentes ao exercício, a juízo do Tribunal de Contas da União e a suspensão das quotas referentes ao Fundo de Participação, ao Fundo Especial e aos impostos referidos nos itens VIII e IX, do artigo 21 da Constituição Federal.

Art. 9.º — É vedado aos Municípios, sob pena de sanções previstas no artigo anterior, concederem quaisquer dos benefícios relacionados no artigo 1.º que se refere a sua parcela na receita do imposto de circulação de mercadorias.

Art. 10 — Os convênios definirão as condições gerais em que se poderão conceder, unilateralmente, anistia, remissão, transação, moratória, parcelamento de débitos fiscais e ampliação do prazo de recolhimento do imposto de circulação de mercadorias.

Art. 11 — O Regimento das reuniões de representantes das Unidades da Federação será aprovado em convênio.

Art. 12 — São mantidos os benefícios fiscais decorrentes de convênios regionais e nacionais vigentes à data desta lei até que revogados ou alterados por outro.

§ 1.º — Continuam em vigor os benefícios fiscais ressalvados pelo § 6.º do artigo 3.º do Decreto Lei 406, de 31 de dezembro de 1968, com a redação que lhe deu o artigo 5.º do Decreto-Lei 834, de 08 de setembro de 1969, até o vencimento do prazo ou cumprimento das condições correspondente.

§ 2.º — Quaisquer outros benefícios fiscais concedidos pela legislação estadual considerar-se-ão revogados se não forem convalidados pelo primeiro convênio que se realizar na forma desta lei, ressalvados os concedidos por prazo certo ou em função de determinadas condições que já tenham sido incorporadas ao patrimônio jurídico do contribuinte. O prazo para a celebração deste convênio será de 90 (noventa) dias a contar da data da publicação desta lei.

§ 3.º — A convalidação de que trata o parágrafo anterior se fará pela aprovação de 2/3 (dois terços) dos representantes presentes, observando-se na respectiva ratificação este "quorum" e o mesmo processo do disposto no artigo 4.º.

Art. 13 — O artigo 178 do Código Tributário Nacional (Lei 5172, de 25 de outubro de 1966), passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 178 — A isenção, salvo se concedida por prazo certo e em função de determinadas condições, pode ser revogada ou modificada por lei, a qualquer tempo, observado o disposto no inciso III, do artigo 104".

Art. 14 — Sairão com suspensão do imposto de circulação de mercadorias:

I — as mercadorias remetidas pelo estabelecimento do produtor para estabelecimento de Cooperativa de que faça parte, situada no mesmo Estado;

II — as mercadorias remetidas pelo estabelecimento de Cooperativa de Produtores, para estabelecimento no mesmo Estado, da própria Cooperativa, de Cooperativa Central ou de Federação de Cooperativas de que a Cooperativa remetente faça parte.

§ 1.º — O imposto devido pelas saídas mencionadas nos incisos I e II será recolhido pelo destinatário quando da saída subsequente esteja esta sujeita ou não ao pagamento do tributo.

§ 2.º — Ficam revogados os incisos IX e X do art. 1.º da Lei Complementar 04, de 02 de dezembro de 1969.

Art. 15 — O disposto nesta lei não se aplica às indústrias instaladas ou que vierem a instalar-se na Zona Franca de Manaus, sendo vedado às demais Unidades da Federação determinar a exclusão de incentivo fiscal, prêmio ou estímulo concedido pelo Estado do Amazonas.

Art. 16 — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 07 de janeiro de 1975; 154.^o da Independência e 87.^o da República.

(aa) ERNESTO GEISEL

Mário Henrique Simonsen

João Paulo dos Reis Velloso

D.O.U. de 09.01.75

Anexo Exposição de Motivos SEFI 700/82.

CONVÊNIO ICM 24/75(*)

DE 05 DE NOVEMBRO DE 1975

Estabelece condições para concessão de moratória, parcelamento, ampliação de prazo de pagamento, remissão, anistia e transação.

O Ministro da Fazenda e os Secretários de Fazenda ou Finanças dos Estados e do Distrito Federal, na Segunda Reunião Ordinária do CONSELHO DE POLÍTICA FISCAL, realizada em Brasília, DF, no dia 05 de novembro de 1975, tendo em vista o disposto no artigo 10 da Lei Complementar número 24, de 07 de janeiro de 1975, resolvem celebrar o seguinte

CONVÊNIO

Cláusula Primeira — o estabelecimento, pelos Estados ou Distrito Federal, de moratória, parcelamento, ampliação de prazo de pagamento, remissão ou anistia, bem como a celebração de transação, relativamente ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias, observará as condições gerais fixadas no presente Convênio.

Parágrafo Único — A concessão de quaisquer desses benefícios em condições mais favoráveis dependerá de autorização em Convênio para este fim especificamente celebrado.

Cláusula Segunda — Quanto à moratória e ao parcelamento, é facultado:

a) reabrir o prazo de pagamento do imposto vencido, sem quaisquer acréscimos aos contribuintes vítimas de calamidade pública, assim declarada por ato expresso da autoridade competente;

b) conceder parcelamento de créditos tributários decorrentes de procedimentos administrativos, inclusive confissões de dívida, na esfera administrativa ou judicial em até 60 (sessenta) prestações mensais, iguais e sucessivas, acrescidas de multa, juros e correção monetária sobre as prestações vincendas.

Cláusula Terceira — Quanto à ampliação do prazo de pagamento do imposto, fica permitido dilatar:

a) para os industriais, em até 180 (cento e oitenta) dias, contados do encerramento do período de apuração do imposto;

b) para os comerciantes, em até 90 (noventa) dias, contados do encerramento do período de apuração do imposto.

Cláusula Quarta — Quanto à anistia ou à remissão, poderão ser objeto de exclusão ou extinção:

a) os créditos tributários, de responsabilidade de contribuintes vítimas de calamidade pública, assim declarada por ato expresso da autoridade competente.

b) os créditos tributários que não sejam superiores a 100 (cem) ORTN's. (1)

c) as parcelas de juros e multas sobre os créditos tributários de responsabilidade de contribuintes, cuja exigibilidade somente tenha sido definido a favor do Estado depois de decisões judiciais contraditórias, facultando-se quanto ao saldo devedor remanescente o parcelamento previsto na letra "b" da cláusula segunda.

Parágrafo único — A quantia prevista na letra "b" desta cláusula terá seu valor monetário anualmente atualizado, na mesma proporção da elevação do valor das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional.

Cláusula Quinta — Quanto à transação, fica permitida sua celebração somente em casos excepcionais, de que não resulte dispensa do imposto devido.

Cláusula Sexta — O crédito tributário será sempre considerado monetariamente corrigido, observados os limites e critérios estabelecidos na legislação pertinente, não constituindo a correção monetária parcela autônoma ou acessória.

Cláusula Sétima — Este Convênio entrará em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional.

Brasília, DF, 05 de novembro de 1975.

MINISTRO DA FAZENDA — MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN

ACRE — Edson Cardoso Nunes

ALAGOAS — Osvaldo Semião Lins

AMAZONAS — Laércio da Purificação Gonçalves

BAHIA — José de Brito Alves

CEARÁ — Francisco Assis Bezerra

DISTRITO FEDERAL — Fernando Tupinambá Valente

ESPÍRITO SANTO — Armando Duarte Rabelo

GOIÁS — Antonio Augusto Azeredo Coutinho

MARANHÃO — Pedro Novais Lima

MATO GROSSO — Octávio de Oliveira

MINAS GERAIS — João Camilo Penna

PARÁ — Clóvis de Almeida Mácola

PARAÍBA — Luiz Alberto Moureira Coutinho

PARANÁ — Jayme Prosdócimo

PERNAMBUCO — Gustavo Krause Gonçalves Sobrinho

PIAUÍ — Felipe Mendes de Oliveira

RIO DE JANEIRO — Luiz Rogério Mitraud de Castro Leite

RIO GRANDE DO NORTE — Arthur Nunes de Oliveira Filho

RIO GRANDE DO SUL — Jorge Babot Miranda

SANTA CATARINA — Ivan Bonatto

SÃO PAULO — Nelson Gomes Teixeira

SERGIPE — Adalberto Moura

(*) — Ratificado pelo Decreto n.º 1.250, de 20.11.75.

— V Convênio ICM 39/75, de 10.12.75 (Decreto n.º 1419 de 24.12.75).

(1) — Redação dada pelo Convênio ICM 25/77, ratificado pelo Decreto 3.985, de 29.09.77).

Anexo Exposição de Motivos SEFI n.º 700/82

ATUALIZAÇÃO DO VALOR EM CRUZEIROS

Referido no Art. 63 da Lei n.º 6.364, de 29.12.72.*

Coeficiente — 17.696 (Dezembro de 1972/Dezembro de 1981).

Valores de 1972	Valores de 1981	Valor arredondado
Cr\$ 300,00	Cr\$ 5.308,00	Cr\$ 5.000,00

: "Art. 63 — Fica o Secretário de Finanças autorizado, na forma do Inciso III, do Art. 172, do Código Tributário Nacional a reemitir créditos tributários cujo valor seja inferior a Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros).

Parágrafo único — Compete à Procuradoria Fiscal do Estado organizar e encaminhar, à autoridade administrativa indicada neste artigo, a relação dos créditos tributários passíveis de remissão.

Exposição de Motivos SEFI n.º 700/82

CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL

PRINCÍPIO DA ESTRITA RESERVA LEGAL

"Art. 97 — Somente a Lei pode estabelecer:

VI — as hipóteses de exclusão, suspensão e extinção de créditos tributários ou a dispensa ou redução de penalidades."

REMISSÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS DE PEQUENO VALOR

"Art. 172 — A lei pode autorizar a autoridade administrativa a conceder, por despacho fundamentado, remissão total ou parcial do crédito tributário, atendendo:

III — à diminuta importância do crédito tributário."

— Ao Departamento Legislativo.

Mensagens:

MENSAGEM 77/82

Curitiba, 15 de junho de 1982.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio n.º 114/82 - SUDESUL, celebrado em 19 de maio de 1982, entre o Estado do Paraná e o Ministério do Interior, figurando como intervenientes a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul - SUDESUL e da Superintendência do Controle da Erosão no Paraná - SUCEPAR, objetivando a execução de obras em conformidade com o Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná - PRONORO-ESTE.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 78/82

Curitiba, 15 de junho de 1982.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado em 17 de maio de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de CIDADE GAÚCHA, objetivando execução de obras de ampliação e reparos no Terminal Rodoviário da sede do referido Município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

Ofícios:

Sob os n.ºs DTL/49, 50, 51, 52, 53 e 54/82, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver sancionado os Projetos de Lei, sob os seguintes números:

151/81: Do Senhor Deputado WILSON FORTES, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Desembargador ARIEL FERREIRA DO AMARAL E SILVA, o qual convertido em Lei tomou o n.º 7595. — Anote-se. Arquite-se.

140/81: Do Senhor Deputado TERCIO ALBUQUERQUE, que declara de utilidade pública a GUARDA-MIRIM DE MATELÂNDIA, com sede e foro na cidade do mesmo nome, o qual convertido em Lei tomou o n.º 7596. — Anote-se. Arquite-se.

147/81: Do Senhor Deputado BASÍLIO ZANUSSO, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE SANTO INÁCIO, com sede e foro na cidade do mesmo nome, o qual convertido em Lei tomou o n.º 7597. — Anote-se. Arquite-se.

145/81: Do Senhor Deputado TERCIO ALBUQUERQUE, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO EMOPAR, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n.º 7598. — Anote-se. Arquite-se.

149/81: Do Senhor Deputado EGON PUDELL, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO MONTE SINAI, com sede no loteamento Tarumã, cidade de Toledo, o qual convertido em Lei tomou o n.º 7599. — Anote-se. Arquite-se.

101/80: Do Senhor Deputado ROSÁRIO PITELLI, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS de Cornélio Procópio, com sede e foro na cidade de Cornélio Procópio, o qual convertido em Lei tomou o n.º 7600. — Anote-se. Arquite-se.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. JOÃO SILVA, ocorrido no mês de junho do corrente, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 21 de junho de 1982.

(a) NESTOR BAPTISTA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em Ata dos trabalhos desta Casa, um voto de profundo pesar pelo passamento ocorrido hoje na cidade de Santa Mariana, do Sr. ÉLCIO VAROTO.

O extinto era atualmente dinâmico funcionário da SANEPAR, naquela localidade, sendo também ex-Prefeito Municipal, com uma marcante administração.

Tal passamento consternou profundamante a sociedade marianense, tendo em vista a grande estima, respeito e amizade, que o extinto angariou durante sua vida no setor familiar, pública e privada, onde ficará eternamente sua lembrança, deixando grandes saudades a todos que o admiravam, pelo grande carinho e atenção que o mesmo dispensava a todos.

Requer ainda que, do pronunciamento desta Casa, se dê ciência à família enlutada, pelo Sr. João Batista Figueiredo, ex-funcionário da Prefeitura Municipal, que prestava serviços àquela municipalidade, na época em que o extinto era Prefeito Municipal, atualmente encontra-se prestando serviços no Gabinete deste Deputado.

Sala das Sessões, em 21 de junho de 1982.

(a) GABRIEL MANOEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente,

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, requerem à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça consignar na ata dos trabalhos da presente sessão,

um voto de profundo pesar pelo falecimento do Dr. ACYR SALDANHA DE LOYOLA, ocorrido em 17 do corrente mês, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 21 de junho de 1982.
(aa) JURANDIR MESSIAS e DÁCIO LEONEL

JUSTIFICATIVA:

Personalidade conhecida e admirada no cenário jurídico paranaense, o Desembargador ACYR SALDANHA DE LOYOLA, nascido nesta Capital, destacou-se por sua atuação no Tribunal de Justiça do Paraná, seja como sábio julgador, seja como integrante de diversas comissões especiais, tendo sido membro do Tribunal Regional Eleitoral, do Conselho Superior de Magistratura e do Conselho Penitenciário do Estado, sendo que atualmente ocupava o elevado cargo de Corregedor Geral da Justiça.

Como se não bastasse a sua intensa e profícua atividade como Desembargador, conseguiu dar sua inestimável contribuição para a formação jurídica da juventude acadêmica do Paraná, onde ministrou aulas na qualidade de Professor de Direito Processual Civil na Faculdade de Direito de Curitiba.

O Desembargador Acyr Saldanha de Loyola, por tantas qualidades, foi também homenageado por esta Casa e pelo Estado do Paraná, com a aprovação do projeto de lei que lhe outorgou com justo merecimento o título de Cidadão Benemérito do Paraná.

O Desembargador Acyr Saldanha de Loyola deixa a esposa, Sra. Eunice Saldanha de Loyola e três filhos, aos quais nos unimos neste momento, profundamente consternados pela dor e pela tristeza.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. HUGO GABARDO, ocorrido em junho do corrente, em nossa Capital.

Sala das Sessões, em 21 de junho de 1982.
(a) NESTOR BAPTISTA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. ITALA LÚCIA GABARDO, ocorrido no mês de junho do corrente, em nossa Capital.

Sala das Sessões, em 21 de junho de 1982.
(a) NESTOR BAPTISTA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Departamento de Ordem de Serviços da Prefeitura Municipal de Curitiba, apelando no sentido de determinarem estudos para solucionar problemas de limpeza de valetas na Rua C e na Rua Pastor Antônio Polito, no bairro Jardim Paranaense.

Sala das Sessões, em 21 de junho de 1982.
(a) NESTOR BAPTISTA

JUSTIFICATIVA:

Moradores da Rua Pastor Antônio Polito e da Rua C, no Bairro Jardim Paranaense, estão descontentes pela péssima condição de esgotos que a rua lhes oferece. Pedem encarecidamente para que a Prefeitura mande limpar as valetas das citadas

ruas as quais estão entupidas, ocasionando a represa de detritos, exalando mal cheiro nos dias quentes.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, data vênha, seja por esta Casa enviado expediente aos Excelentíssimos Srs. Ministros Delfim Neto e Amaury Stábile, respectivamente do Planejamento e da Agricultura e José Hosken de Novaes, Governador do Estado, solicitando providências no sentido de assegurar aos produtores cooperativados do Paraná, especialmente das regiões Oeste e Norte, condições de ressarcimento dos empréstimos de custeio junto aos agentes financeiros. Requer, outrossim, a adoção das seguintes medidas:

- 1). Permitir que os produtores possam reter 20 por cento do valor da safra de soja, como forma de possibilitar a manutenção familiar;
- 2). Prorrogação dos financiamentos de custeio e investimentos pelo menos por mais um ano;
- 3). Financiamento de 100 por cento do custeio da soja da próxima safra (82/83), independente do enquadramento dos produtores, mini, pequenos, médios ou grandes;
- 4). Que os empréstimos do Governo Federal de semente de soja sejam contratados com base em 100 por cento da produção efetivamente recebida pelas cooperativas, e não apenas em 80 por cento como vem ocorrendo.

Sala das Sessões, em 21 de junho de 1982.
(a) DAVID CHERIEGATE

JUSTIFICATIVA:

A análise da situação real dos produtores cooperativados das regiões Oeste e Norte do Paraná, revela um drama profundamente chocante. Efetivamente, a quebra da produção gira em torno de 35,24 por cento na região Oeste e 26,67 por cento na Região Norte.

Os dados coletados indicam que grande número de cooperados teve perdas consideráveis, sem cobertura do PROAGRO, por haverem constatado a quebra em plena fase de colheita.

A constatação mais grave, entretanto, é a de que, o Paraná vem sofrendo as mesmas quebras de produção verificadas no Rio Grande do Sul, e não teve porém, os mesmos benefícios estendidos aos seus produtores, como ocorreu naquele Estado sulino, representando lamentavelmente, esta atitude, uma discriminação sumamente prejudicial, inclusive aos interesses nacionais, já que o Paraná contribuiu hoje com mais de 80 por cento da produção global do País.

Sobretudo, devemos entender que os financiamentos realizados no campo da produção agrícola, mesmo diante de circunstâncias tão adversas, sempre representam retorno garantido, encarecendo pois a necessidade de melhor amparo aos produtores para que eles, aliviados dos percalços mencionados, possam trabalhar e produzir com mais entusiasmo e mais segurança.

Endossando pois os termos da política nacional que fixa prioridade para a agricultura, nada mais justo do que pleitear, neste momento crucial para a vida do produtor, as providências reclamadas mediante a presente proposição e que, por sua magnitude, tem o aval da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná.

Nestas condições, com a convicção de que a presente proposição alcança os objetivos de toda a classe produtora paranaense, tem seu o autor o privilégio de submetê-la à elevada consideração e aprovação deste colendo Plenário.

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Está finda a leitura do Expediente. No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gernote Kirinus, inscrito.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O ensino no Brasil nunca recebeu, por parte das autoridades responsáveis, a atenção que este importante setor necessita. Fundamental para a segurança de qualquer Nação, de qualquer sociedade, é que os órgãos públicos assegurem um estado de saúde favorável para que possa continuar a produção. Mas, acima da saúde, necessitamos também de educação, da preparação do nosso povo, no sentido que possa, de fato, contribuir.

A falta de ensino, a falta do Governo Federal, Estadual e, muitas vezes, municipais, de uma atenção maior para este setor importante, faz com que este País se torne eternamente dependente de tecnologia estrangeira.

O Governo brasileiro, tido como revolucionário, optou claramente pela propagação do analfabetismo que vem aumentando assustadoramente nos últimos anos.

O crescimento do número de analfabetos em nosso País, já declarou a falência do maior movimento de alfabetização da América Latina, do assim chamado MOBREAL. Órgão totalmente alheio às necessidades educacionais do povo brasileiro, veio tão somente mobrealizar, alienar o indivíduo, tendo em vista o despreparo dos alfabetizadores e o desconhecimento de métodos eficazes nesta tarefa, por parte de diretores deste órgão.

Enquanto que esta mesma Revolução expurgava do País educadores cujas experiências foram mais tarde aproveitadas no Chile, Peru e tantos outros países, estas lograram sucesso no aspecto da alfabetização.

Refiro-me a Paulo Freire, um grande educador que tem oferecido ao Brasil, mas que a Revolução não soube aproveitar, um dos métodos mais apropriados para o ensino, para a alfabetização. No entanto, foi expulso.

Enquanto isso, grassa em nosso País a falência total do MOBREAL.

Seria muito bom se o Governo atual reconhecesse e aceitasse, de público, que não está interessado na educação de seu povo. Pelo menos assim os abnegados da cultura e do ensino, não perderiam mais seu tempo na solicitação de verbas, na organização de planos e na pesquisa científica.

Seria bom que o Governo confessasse e decretasse que não está interessado em que o povo brasileiro se eduque, porque é na educação que se forja o progresso.

O Paraná que já teve a honra de ver um de seus filhos Ministro da Educação, mas que se esqueceu de seu povo, de suas carências educacionais, se vê hoje na contingência de ser o primeiro Estado da Federação a implantar o ensino pago em todos os níveis. Hoje, o Paraná é o único Estado brasileiro que está a cobrar uma taxa de matrícula para todos os candidatos de uma vaga na rede oficial de ensino; não interessando o grau de escolaridade.

Fixou-se para os anos de 1982, uma isenção aos alunos cujos pais recebem menos de dez mil cruzeiros por mês.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, até parece ironia. Mesmo que seja uma remuneração ilegal, o Governo paranaense admitiu que parcela, que grande parcela de sua população, se encontra em situação, ou nessa situação de sub-emprego de verdadeira miséria. A não ser que os governistas admitam como justa a remuneração de dez mil cruzeiros mensais àqueles que têm a sagrada missão de dirigir uma família, de lhe dar sustento e educação.

A cobrança de taxa de matrícula imposta pelo governo paranaense ao seu povo — e diga-se de passagem, o único Estado em que se cobra isso, está em franca contradição com o que garante a Constituição Federal em seu artigo 176, parágrafo terceiro, item 02, onde lemos: "o ensino primário obrigatório para todos, dos sete aos quatorze anos." E gratuito sublinhamos nós, nos estabelecimentos oficiais. Ressaltamos aqui o gratuito no preceito constitucional.

Logo, o cidadão brasileiro obrigado a procurar os bancos

escolares, não pode ser onerado com qualquer tipo de custas, e as taxas de matrícula cobradas em nosso Estado, por certo, estão impedindo o acesso à escola a milhares e milhares de crianças. Estão preparando o futuro do analfabetismo em nosso Estado.

Prova disso é o assédio, nesta Casa, de pessoas carentes em épocas de matrículas, na procura de algum Parlamentar que lhes ajude no pagamento das referidas taxas, mesmo na compra de material indispensável para a frequência escolar.

Outra prova, de que a cobrança de taxas de matrículas se constitui um fator de esvaziamento escolar, é o alto índice de abandono, de aproximadamente 54,4 por cento ainda na primeira série do ginásio. De todas as matrículas realizadas para o primeiro grau na rede oficial do ensino brasileiro, apenas 15 por cento vem a concluir a oitava série. E isso é lamentável.

São dados da nossa realidade paranaense que descreve um quadro e um futuro negro e sombrio para a nossa terra. Para que se chegue a esses números, concorrem as taxas de matrículas, a situação nutricional do povo, a inexistência de escolas para que os alunos possam prosseguir seus estudos, sabemos que de toda a rede oficial de ensino, mais de 60 por cento possui apenas uma sala de aula e um professor, obrigando as nossas crianças a se sujeitar às mais ridículas situações, tal como acontece, seguidamente, no interior, e assim aconteceu no Município de Santa Helena, em que alunos sentados no assoalho de uma escola, apoiando o caderno sobre os joelhos ou no próprio chão, tiveram que assistir por diversas semanas às aulas de um professor, até que tomassem providências no sentido de fotografar e me mandar essas fotos. Só então a autoridade municipal se preocupou em conseguir alguns bancos escolares.

Mas, meus filhos, que estudam em escola pública aqui em Curitiba também sentem e eu sinto na própria carne, a deficiência que dá o ensino com classes superlotadas.

Depois dessa rápida análise, desse quadro negro da educação em nosso Estado, da situação do nosso ensino, não podemos aceitar que se inocente o Poder Público, o Governo Estadual e o Governo Federal.

A precariedade de nossas instalações escolares oferecidas à clientela estudantil, denunciam, por si só, a terrível e criminosa omissão deste Governo em relação à educação de seu povo.

Ney Braga, mesmo Ministro da Educação, nem sequer condeou-se com esta situação. Essa desesperadora situação educacional, quando em Mal. Cândido Rondon, que abriga o maior número de estabelecimentos particulares de ensino proporcionalmente à população paranaense, pois, em Mal. Cândido Rondon existe apenas um estabelecimento de ensino de segundo grau da rede do Poder Público e oito estabelecimentos da rede particular de ensino. É o povo que carrega e custeia o estudo e a educação dos seus filhos, mas não faltam os políticos que, apesar de saberem que é o povo que paga, apesar de saber da deficiência, se vangloriam das escolas particulares que lá vão se instalando, deixando à margem do progresso, milhares de crianças.

Somos sabedores da criação de um "pacote educacional" que brevemente será remetido à Câmara dos Deputados Federais e provavelmente haverá, como tantos outros "pacotes", de passar pelo famigerado decurso de prazo, porque nem os políticos do governo terão a coragem de assumir e votar num "pacote" tão mesquinho, numa proposta tão descabida para uma Nação que está se afundando no analfabetismo.

Neste "pacote" se prevê, Sr. Presidente, o extermínio dos cursos profissionalizantes de segundo grau, e deixará livre a opção dos colégios particulares na continuidade dos cursos que mantém, o que no entanto assusta a todos nós, é a introdução definitiva do ensino pago a partir dos 14 anos de idade, dos estudantes.

Eis aí as últimas oportunidades sendo dissipadas para o aluno carente ter acesso ao ensino neste País, que possui milhões e milhões de crianças abandonadas, que possui milhares de pequenas crianças sendo encaminhadas à marginalidade, como se não bastasse a gradual e lenta instituição do ensino pago, já se prepara o golpe definitivo contra a juventude brasileira, privando-a de acessos a Universidades, e agora também até acesso ao segundo grau, nível mais elementar de ensino que um cidadão precisa ter. Como poderíamos calar diante de tal atentado contra a sociedade brasileira, contra o poder e a força jovem de nossa Nação?

Qual é o futuro que o Governo oferece a esses nossos jovens? E sabemos que a nossa juventude e todo o mundo infantil se verá privada de ensino e educação escolar, podemos antever os dias negros que reinarão em nossa Pátria e se falarmos das experiências históricas de outras Nações, que tiveram o seu país assolado e completamente destruído pela guerra, mas se levantaram imediatamente e se colocaram à frente do progresso e todos são unânimes na análise histórica em dizer que foi dado ao grau de educação, que tinha o seu povo, dado o preparo tecnológico que esse povo teve, enquanto que no Brasil baseia-se o progresso apenas na dívida externa, na ganância pelo lucro das multinacionais e esquece-se a verdadeira alavanca do progresso, que é o ensino, que é a educação, e se na atualidade temos uma população de 29 milhões de pessoas na faixa etária dos 5 aos 14 anos, repito, 29 milhões de crianças na faixa etária dos 5 aos 14 anos, sendo que 13 milhões já são analfabetos, segundo o Anuário estatístico de 80, ou seja, aproximadamente 40 por cento da população infantil brasileira já é analfabeta, já nasceu para enveredar para o caminho do analfabetismo.

Os motivos tentamos mostrar anteriormente. Com a introdução do "pacote educacional" do General Ludwig, Ministro da Educação e diga-se de passagem, que esse mesmo general teve o privilégio de frequentar escolas onde não se pagava só o seu ensino, mas uma escola onde lhe dava a botina, o uniforme, a roupa, a cama e a comida. Esse mesmo General, privilegiado, porque a única escola onde o aluno recebe realmente assistência são as escolas militares. Esse mesmo General teve a coragem de instituir esse "pacote" e fazer com que as cifras dos analfabetos aumente cada vez mais, piorando o triste quadro atual.

Por isso não tememos em afirmar que o atual Governo, ciceroneado por todos os políticos situacionistas está a implantar neste País uma verdadeira república de ignorantes, usurpando do povo o direito à educação e o acesso ao ensino.

Temos certeza, Sr. Presidente, de que tanto as instituições representativas dos estudantes, dos professores e da sociedade em geral, haverão de propor o boicote às taxas que vêm galopando sobre mais um pacote.

A sociedade brasileira toda sabe que o problema educacional não se solucionará através da cobrança de mais taxas, de tantas taxações que já existem, mas antes pela fixação de um percentual definitivo no orçamento da União e dos Estados e não só a fixação do percentual definitivo como se refere a carta da ONU, 25 por cento. Mas que realmente se garante a aplicação desses recursos no campo do ensino, para que não aconteça as distorções que também acontecem em nosso Estado, que mantém uma alta taxa de percentual no Orçamento, no entanto, se vamos ver o que sobra para o ensino de fato, são apenas pequenas multas que escapam pelo funil que é absorsor das economias, absorsor de seu orçamento.

O Sr. Lineu Turra — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento) Muito obrigado, Deputado Kirinus, é lamentável que Vossa Excelência não tenha aqui na Casa agora a ouvir o seu pronunciamento, pelo menos a metade dos parlamentares. Encontramos aqui hoje 3 ou 4 parlamentares.

O pronunciamento de Vossa Excelência realmente é de profundidade, o assunto que Vossa Excelência aborda é de fundamental importância para a vida de uma Nação que quer ser civilizada.

O ensino, sabemos que está relegado ao último plano, e até porque não dizer esquecido nesse Brasil. Os governantes que aí estão, ditadores, só se preocupam com os números e em encher os bolsos de meia-dúzia com suas negociatas, negociando este país, entregando a sua soberania, alienando a consciência do povo brasileiro.

Basta dizer que agora, quando desse confronto da Argentina com a Inglaterra, não tivemos condições de dizer de que lado estávamos. Não tínhamos condições de cumprir o Tratado da América Latina, porque estamos comprometidos na nossa soberania com a dívida externa. E aí está um General há pouco a dizer que discurso não enche a barriga de ninguém. Mas eu pergunto, a baioneta enche a barriga de alguém?

Agora ainda se propõe através de um Coronel, Deputado, que este Brasil continue nas mãos dos militares a comandar o Poder, a infelicitizar o povo, porque eles não têm competência para administrar este País.

Este País tem que ser devolvido aos civis. Não importa que os militares participem do Governo, mas nós queremos uma vez que eles se arrogam o direito de ser Presidente da República, de participar dos postos de administração, que venham disputar em eleições livres. Eu já votei em militar e poderia votar outra vez, mas como cidadão. Então, vamos para uma eleição.

Agora, não dizer-se que deve continuar na Presidência da República um militar que ainda por mais algum tempo. Por que? Será que militar é mais brasileiro do que os brasileiros, só porque ele põe uma roupa diferente, um verde oliva? Nós também já pusemos. E quando somos chamados para defender a Pátria, eu quero saber se é a roupa, ou é o cidadão que vai defender com seu sangue patriota. Porque eu acho que no peito do civil, também lateja o amor pela Pátria.

Por isso estamos assistindo aí esta situação calamitosa do ensino. Crianças que estão crescendo analfabetas. E depois criam o MORAL... Quer dizer, não ensinam logo as primeiras letras no tempo de aprender, e depois quando adultos, vão criar o MOBRAL para os adultos.

Situação lamentável.

E vemos o Governo do Paraná, assistimos há pouco esta demagogia, este estardalhaço, este esbanjamento de dinheiro através do rádio e da televisão, o Governo perdeu a dignidade, perdeu a vergonha e não se preocupa com as coisas fundamentais como o ensino e a saúde do povo.

Deputado Kirinus, há momentos que fico até revoltado com o que estamos assistindo neste Paraná e neste Brasil. Quero me parabenizar com Vossa Excelência pelo seu pronunciamento, e dizer que, se Deus quiser, haveremos de virar a História deste País e deste Paraná, principalmente.

Muito obrigado.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Deus o ouça, nobre Deputado.

Agradeço o aparte, e realmente, como bem frisou Vossa Excelência, tiveram 18 anos e a farda nada resolveu. Muito pelo contrário.

Pelo pronunciamento que há pouco fazíamos, e os dados estatísticos que aqui apresentamos, provam exatamente mais uma vez, a incompetência ou a má fé - e eu até acredito mais na má fé dos nossos governantes, porque ditadura nenhuma interessa a um povo bem instruído; quanto mais na ignorância se mantém o povo, mais fácil dominá-lo. Quanto mais afastados dos bancos escolares, mais fácil é ganhar eleições com dinheiro. Quanto mais esclarecido o povo, mais difícil se torna querer comprar consciências, porque a consciência humana, quando se arma de conhecimentos, quando se arma de

informações, ela não deixa se transformar em objeto de consumo em dias de eleições.

Mas a eles não interessou. Muito pelo contrário, acenaram com um MOBIL, mas ao mesmo tempo em que expulsaram do País grandes figuras, grandes pedagogos, que já tinham um trabalho avançado, como dizer em meu pronunciamento, em termos de alfabetização de adultos; e que foram aproveitados por outros países da América Latina e que conseguiram, em grande parte, resolver o problema de alfabetização. Foram aproveitados inclusive pelo Conselho Mundial de Igrejas que também trabalha nesta questão de alfabetização de adultos.

Mas o pior de tudo isto é que nossos dados, aqui há pouco citados, revelam que o maior índice de analfabetismo está se dando exatamente na faixa dos cinco aos catorze anos, quando sabemos que 50 por cento da população jovem abandona as escolas exatamente por falta de oferecimento de condições para que possam estudar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, está aí mais um "pacote" a agredir a consciência nacional. Está aí mais um "pacote" que vem provar não só a incompetência, mas a má fé do General Ludwig. Está aí o ensino ameaçado, definitivamente, de tornar-se realmente privilégio de meia-dúzia, e diante desse "pacote educacional", a Nação brasileira haverá de se levantar.

Diante desse "pacote educacional" que vem enterrar de uma vez as chances para que os nossos jovens possam assistir às aulas, as escolas, possam ter acesso ao ensino.

Haverão de se levantar os estudantes, toda a população organizada em sindicatos, em comitês de carestia, organizados através da igreja, dos partidos, e a nossa bancada, o PMDB, no Congresso Nacional, já deu e haverá de fazer muitos e muitos pronunciamentos, para mostrar a nossa posição.

Sei, Sr. Presidente, que pouco adianta falar diante de um plenário praticamente vazio. Acredito que não é por total desinteresse dos Srs. Parlamentares no assunto, mas é preciso que se fale com o Parlamento cheio ou vazio. É preciso que se diga, que se marque a posição do PMDB, da nossa Bancada, para que a História, pelo menos, registre nos Anais desta Assembléia, que nós estamos isentos de culpa, que estamos pensando, temos outros pensamentos políticos para com esta Nação, para que a História registre a nossa posição é que hoje aqui trazemos o nosso pronunciamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Consultamos a Liderança do PMDB se deseja usar o seu horário.

Tendo declinado, consultamos a Liderança do PTB. Ausente, consultamos a Liderança do PDS.

Com a palavra, o Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estivemos no fim desta semana com o futuro Governador do Estado, na região do Norte Pioneiro e estamos aqui hoje para dizer ao Paraná que mais uma vez vamos ganhar as eleições para governador, senador, deputado estadual e deputado federal e na totalidade dos prefeitos do Paraná.

A recepção que Saul Raiz teve em minha região, é um fato concreto e inédito. Hoje podemos, sem falsa modéstia, dizer ao Paraná, sem medo de errar, porque auscultando nossas bases, haveremos de dar a Saul Raiz, no Norte Pioneiro, uma votação maciça, que merecem os homens que trabalham por seu Estado. E quero dizer neste instante, que a nossa grei está crescendo dia a dia, e haveremos, Sr. Presidente, imprensa do meu Paraná, quero que se registre isso, porque hoje temos a coragem de dizer que Saul Raiz será o Governador do Estado, Ney Braga o seu Senador, para que o Paraná continue nessa trajetória de progresso, dando ao povo o que ele tem direito.

É uma euforia que receberemos do povo de nossa região, é um pedido, Deputado Erondy Silvério, que trouxemos para

que transmitíssemos à Assembléia Legislativa a certeza de uma vitória em nossa região, porque Saul Raiz está crescendo, Saul com Ney Braga, haverão de dar e ter uma vitória, para que os descrentes, os homens que estão em cima do muro, saibam que haveremos de ganhar as eleições corajosamente e haveremos, Sr. Presidente, porque o povo está conosco.

Dificuldades existem, mas temos também condições de equacioná-las. Saul Raiz consagrado em Joaquim Távora pelo nosso povo, Uguapirama e em Ibaiti, em Catiguá e Siqueira Campos, com prefeitos, homens lutando pela vitória do Paraná, pela vitória do bom senso. Onde dizíamos que desprezávamos os votos dos comunistas, os votos do AM.R.8, para trazer humilde e cristãmente votos para o Paraná, para que continue esse mar de tranquilidade.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência me permite um aparte? — (Assentimento).

Deputado, a comunicação que Vossa Excelência traz à Casa e que naturalmente a pedido de todos os companheiros paranaenses da região do Norte Pioneiro, ficará devidamente registrada nos Anais da Casa, e nos enche de satisfação, porque na semana passada - também quero comunicar a Vossa Excelência e à Casa, - precisamente na sexta-feira, o candidato Saul Raiz esteve na cidade de Prudentópolis e no Município de Imbituva, dia útil, dez horas da manhã, mas foi entusiasticamente recebido pelos companheiros daqueles dois municípios.

E o pronunciamento que ali fez o nosso candidato ao Governo, mostrou todo o seu equilíbrio e, acima de tudo e o que é mais importante, o seu perfeito conhecimento dos problemas paranaenses, porque não adianta se fazer campanha em clima de radicalismo e emotividade.

O que é necessário é que o candidato realmente conheça os problemas principais do povo do Paraná, e que para eles tenha pelo menos estudado uma solução. E ficamos satisfeitos com o nosso candidato, porque ele não prometeu solucionar os problemas do Paraná, mas ele, a cada apresentado, já tem uma solução estudada.

Isso demonstra o seu alto preparo, a sua capacidade como administrador, e o seu alto preparo para as funções que irá exercer já no mês de março.

A oposição tem que sair para outra. Essa, não dá mais. Agradeço o aparte a Vossa Excelência.

O SR. GABRIEL MANOEL — Agradeço a Vossa Excelência, que veio enriquecer o nosso pálido pronunciamento, Deputado Erondy Silvério, como nosso Líder, e dizer também que Vossa Excelência está com a razão. Vámos, quando Saul Raiz lutava para tirar o ICM do frango, quando levávamos com Saul Raiz uma mensagem de tranquilidade, quando vámos os prefeitos agradecerem as obras feitas no Governo Ney Braga e no Governo Saul Raiz em 12 meses. A nossa euforia, Deputado Erondy Silvério, foi grande, porque não existe uma comuna paranaense onde não tenha uma obra que Saul Raiz ajudou a fazer.

Então, queria convidar a todos os companheiros para assistirem a posse do futuro Governador do Estado, Saul Raiz, porque ele está contando com o povo. Ele conta com as crianças, Deputado Erondy Silvério, que vão agradecer pelo feito, pelo marco fincado nos 300 municípios do Paraná.

Muito obrigado, e se Deus quiser, para o bem do Paraná, para o bem do nosso povo e para a tranquilidade do Brasil o PDS há de vencer.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando preferência de discussão e votação aos Projetos de Lei n.ºs 50/82 e 172/81. — **Aprovado.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

De conformidade com o requerimento de preferência de discussão e votação acima aprovado:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 50/82, de autoria do Poder Executivo, (Mens. Govern. n.º 49/82), que dispõe sobre a reestruturação dos cargos de provimento efetivo do Quadro de Pessoal deste Poder Legislativo. Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. Com Emenda. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Em votação a Emenda número 05. - Aprovada.

Em votação o projeto. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 172/81, que altera dispositivos da Lei n.º 7297, de 08/01/80 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná) e dá outras providências. — **Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 42, de 17/05/82).**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 133/81, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná a Frei NEREU JOSÉ BASSI. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 137/81, de autoria do Deputado LÁZARO DUMONT, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS de Rondon - APAE, com sede com foro na cidade de Rondon, Estado do Paraná. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 143/81, de autoria do Deputado TÉRCIO ALBUQUERQUE, que revoga o Art. 7º da Lei n.º 6819, de 19 de julho de 1976. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. —

Ao referido projeto, emenda de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI N.º 143/81
EMENDA

Inclua-se o seguinte artigo:

“Art. ... — Ficam transformados em cargos de Oficial Legislativo nível 15, de provimento efetivo, sessenta e seis (66) empregos, de que trata a Resolução n.º 71, de 23/12/80.

Parágrafo único. Nos provimentos dos cargos referidos neste artigo, serão aproveitados os atuais funcionários contratados pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho”.

Sala das Sessões, em 21 de junho de 1982.

(a) GABRIEL MANOEL

Em votação a emenda. — **Aprovada.**

Em votação o projeto. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 06/82, de autoria do Deputado AIRTON CORDEIRO, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. HERMES FARIAS DE MACEDO. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em regime de urgência. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 42/82, de autoria do Deputado ROMERO FILHO, que eleva para 17 (dezesete) o número de Vereadores da Câmara Municipal de Umuarama. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE

URGÊNCIA. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 60/82, de autoria do Poder Executivo, (Mens. Govern. n.º 62/82) que autoriza o Poder Executivo permutar área de terreno de propriedade da Associação de Ensino “Senhor Bom Jesus”, localizada em Campo Largo, conforme especifica. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 06/82, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., à ex-Proposição n.º 06/82 (Mens. Govern. n.º 03/82), e que aprova os convênios celebrados entre o Estado do Paraná e os Municípios de Alvorada do Sul e Primeiro de Maio, objetivando a construção de mini postos de saúde. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 10/82, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J. à ex-Proposição n.º 10/82 (Mens. Govern. n.º 07/82), e que aprova o Termo Aditivo n.º 02 ao Convênio celebrado entre o Estado do Paraná através da Secretaria de Saúde e do Bem Estar Social e o Município de Kaloré, objetivando a execução de obras no referido município. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 37/82, oriundo de Parecer aprovado por maioria da Comissão de Tomada de Contas (ex-Proposição n.º 49/81) e que aprova a Prestação de Contas do Governo do Estado referente ao Exercício de 1980. **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 19/82, de autoria do Poder Executivo (Mens. Govern. n.º 30/82), que doa ao Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado - IPE parte das datas de terras que especifica, situada na cidade de Maringá. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 57/82, de autoria do Poder Executivo (Mens. Govern. n.º 58/82), que assegura ao funcionalismo estadual o direito a contar, para efeito de aposentadoria por invalidez, por tempo de serviço e compulsória, o tempo referente a serviços prestados em atividades regidas pela Lei Federal 3807, de 26/08/60 - Lei Orgânica da Previdência Social. Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., com Emendas, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado. Publicado no D.A. n.º 39/82).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 57/82

PARECER:

Por intermédio da Mensagem 58/82, o Poder Executivo propõe a contagem, para efeito de aposentadoria por invalidez, por tempo de serviço e compulsória, do tempo referente a serviços prestado em atividades regidas pela Lei Federal 3807, de 26 de agosto de 1960. Adere o Estado assim, ao sistema de contagem recíproca de tempo de serviço instituído pela Lei Federal 6864, de 01/12/80.

A matéria inclui-se entre aquelas de competência reservada ao Poder Executivo, segundo dispõe a Constituição do Paraná em seus artigos 25, parágrafo primeiro, 35 e 47. Seu conteúdo vem em termos jurídicos e formalmente está plenamente conforme com o Regimento Interno.

Apenas merece aperfeiçoamento em seu parágrafo terceiro do Artigo Primeiro do projeto, que faz depender o exercício do direito da contagem do tempo aludido no texto de uma CERTIDÃO fornecida pelo órgão previdenciário.

Além de pretender instituir ao Instituto Nacional de Previdência Social uma determinada forma de declarar sobre seus

assentamentos próprios, sabe-se que o mencionado Instituto não fornece, por impossibilidade material e administrativa, certidão de tempo de serviço ou contribuição.

Dessa forma, deve incluir-se, para complementar o dispositivo, outras modalidades de comprovação, o que constitui objeto de emenda à parte.

Outra emenda se cinge à data da vigência da lei, que entendemos deva iniciar com a publicação.

Com o exposto, subscrevemos o parecer favorável e emendas aditivas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em de maio de 1982.

(a) PAULO CAMARGO — Presidente e Relator.

EMENDA N.º 01

AO PROJETO DE LEI N.º 57/82

Inclua-se:

No § 3.º, do Art. 1.º, após as expressões "Previdência Social":

"ou documentos que comprovem o tempo de vinculação a este órgão previdenciário".

Sala das Comissões, em de maio de 1982.

(a) PAULO CAMARGO — Presidente e Relator

EMENDA N.º 02

AO PROJETO DE LEI N.º 57/82

Inclua-se:

No Art. 1.º, após a expressão "funcionário público estadual", inclua-se:

"inclusive magistrados".

Sala das Comissões, em de maio de 1982.

(a) PAULO CAMARGO — Presidente e Relator

EMENDA N.º 03

AO PROJETO DE LEI N.º 57/82

Modifique-se:

No Art. 4.º, onde se lê: 120 (cento e vinte) dias, leia-se: "60 (sessenta) dias".

Sala das Comissões, em de maio de 1982.

(a) PAULO CAMARGO — Presidente e Relator

EMENDA N.º 04

AO PROJETO DE LEI N.º 57/82

Substitua-se o Art. 5.º pelo seguinte:

"Art. 5.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em de maio de 1982.

(a) PAULO CAMARGO — Presidente e Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei n.º 57/82

O projeto em apreço, oriundo de Mensagem n.º 58/82, visa assegurar ao funcionalismo público do Estado o direito de contar, para efeito de aposentadoria por invalidez, por tempo de serviço e compulsória, o tempo de serviço prestado em atividade regida pela Lei Federal 3.807, de 26.08.60, Lei Orgânica da Previdência Social.

A matéria é daquelas cuja a oportunidade ressaltam do próprio enunciado, já que dispõe sobre a adesão do Estado ao sistema de contagem recíproca de tempo de serviço.

Na douda Comissão de Constituição e Justiça, além do parecer favorável, o projeto foi enriquecido e aperfeiçoado por quatro emendas, um e outras aprovadas por unanimidade.

Sob o aspecto financeiro, a medida encontra-se sustentada por esquema firmemente escorado na realidade do erário, uma vez que se trata de proposta do Executivo e, assim o nosso parecer é favorável ao projeto e às emendas oferecidas na Co-

missão de Constituição e Justiça.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15 de junho de 1982.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente

GABRIEL MANOEL — Relator

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Sobre a mesa, requerimento de autoria dos Srs. Deputados Jurandir Mesias e Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Acyr Saldanha de Loyola, ocorrido nesta Capital. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Marcos Luiz de Bona, ocorrido nesta Capital. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Jamil Elias Fadel, ocorrido na cidade de Castro. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antônio Namur, ocorrido na cidade de Castro. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Luiz Dallarmi, ocorrido na cidade de Castro. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Elcio Varoto, ocorrido na cidade de Santa Mariana. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Hugo Gabardo, ocorrido nesta Capital. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Itala Lúcia Gabardo, ocorrido nesta Capital. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Silva, ocorrido nesta Capital. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja designada uma Comissão Especial de Srs. Deputados para a entrega do título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. Liberto Massari, na cidade de Campinas, no próximo dia 8 de julho, em vez da realização de Sessão Solene já aprovada para o dia 29 de junho. A razão deste requerimento se prende ao fato do ilustre homenageado estar impedido de deslocar-se em vista de enfermidade. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, consubstanciado em pedido de informações, sobre qual o montante devido aos municípios do Paraná, referente a Verba do Programa PROSSAFRA. — **Aprovado.**

O SR. WERNER WANDERER (Pela ordem — Requeiro verificação de votação

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

É procedida a verificação de votação.

2 Srs. Deputados aprovam; 8 Srs. Deputados rejeitam.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 22, terça-feira, às 9:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 50/82.

4.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 143/81.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 19/82.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 57/82.

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 174/81 e 05, 07, 11, 20, 44 e 62/82.

Levanta-se a sessão.